



São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 13.985.420/0001-16

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua Emiliano Pernetá, 756 - 4º andar, Centro

Curitiba - PR

CEP 80420-080

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

SUMÁRIO

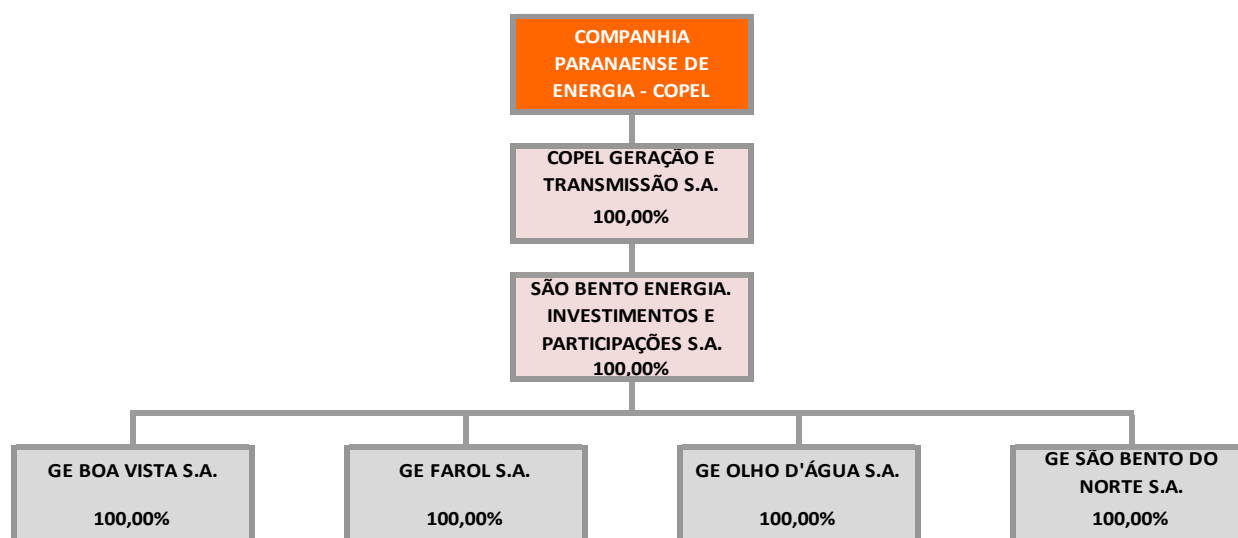
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
Balanços Patrimoniais	7
Balanços Patrimoniais	8
Demonstrações de Resultados	9
Demonstrações de Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1 Contexto Operacional	13
2 Base de Preparação	14
3 Principais Políticas Contábeis	16
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	22
5 Clientes e Outros créditos	22
6 Partes Relacionadas	23
7 Títulos e Valores Mobiliários	24
8 Investimentos	25
9 Imobilizado	25
10 Fornecedores	26
11 Empréstimos e Financiamentos	26
12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	27
13 Patrimônio Líquido	28
14 Outras Contas a Pagar	29
15 Receita Operacional Líquida	29
16 Custos e Despesas Operacionais	29
17 Resultado Financeiro	31
18 Imposto de Renda e Contribuição Social	31
19 Instrumentos Financeiros	32
20 Seguros	36
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**A ACIONISTA**

A administração da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia ou Companhia), Sociedade Anônima de Capital Fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A São Bento Energia, localizada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, é controladora (100% das ações) das SPEs GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., produtoras de energia eólica, as quais formam o Complexo Eólico São Bento.



As quatro SPEs do Complexo Eólico São Bento, localizado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagraram-se vencedoras no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão da Aneel nº 07/2010.

A energia do Complexo Eólico São Bento é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs por 20 anos.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/ MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Boa Vista	14,0	5,2	40,80	270,67	25.02.2015	28.04.2046
Farol	20,0	8,8	69,30	262,79	25.02.2015	20.04.2046
Olho d'Água	30,0	12,8	111,50	262,79	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	104,10	262,79	25.02.2015	19.05.2046
Total das Eólicas	94,0	38,1	325,7			

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2021.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2021.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2021	2020	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	481.977	475.658	1,3
Caixa e equivalentes de caixa	12.674	68.841	(81,6)
Títulos e valores mobiliários	117.739	92.361	27,5
Dívida total	174.788	195.091	(10,4)
Dívida líquida	44.375	33.889	30,9
Receita operacional bruta	104.516	81.794	27,8
Deduções da receita	(13.842)	(12.371)	11,9
Receita operacional líquida (ROL)	90.674	69.423	30,6
Custos e despesas operacionais	(51.184)	(42.957)	19,2
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	39.490	26.466	49,2
Ebitda ou Lajida	57.192	44.142	29,6
Resultado financeiro	(4.179)	(9.106)	54,1
IRPJ/CSLL	(6.762)	(4.251)	59,1
Lucro operacional	35.311	17.360	103,4
Lucro líquido do exercício	28.549	13.109	117,8
Patrimônio líquido	228.559	206.791	10,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,0	1,4	(28,6)
Liquidez geral (índice)	0,8	0,7	14,3
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	63,1	63,6	(0,8)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	76,5	94,3	(18,9)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	38,9	25,0	55,6
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	31,5	18,9	66,7
Participação de capital de terceiros (%)	52,6	56,5	(6,9)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	13,8	6,7	106,0

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos a acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 13 de abril de 2022

Carlos Frederico Pontual Moraes
Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO
MARCIO LUIS BLOOT
CRISTINA KAKAWA
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Suplente ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISY
Titular KLEBERSON LUIZ DA SILVA
Suplente LILIAN RENATA DE ANDRADE
Titular LUIZ HENRIQUE DE MELLO
Suplente ALFONSO SCHMITT
Titular WALTER GUANDALINI JUNIOR
Suplente ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.229	134	12.674	68.841
Clientes	5.1	-	-	8.970	15.448
Dividendos a receber	6	31.877	28.487	-	-
Outros créditos	5.2	148	149	3.369	3.468
Imposto de renda e contribuição social		306	299	772	1.091
Outros tributos a recuperar		-	-	-	57
Despesas antecipadas		35	11	1.367	1.526
Partes relacionadas	6	-	-	61.652	-
		34.595	29.080	88.804	90.431
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	102.803	78.012	117.739	92.361
Depósitos judiciais		20	20	20	20
Outros tributos a recuperar		-	-	3	-
Partes relacionadas	6	-	-	334	135
		102.823	78.032	118.096	92.516
Investimentos	8	222.310	202.256	-	-
Imobilizado	9	-	-	275.077	292.711
		325.133	280.288	393.173	385.227
TOTAL DO ATIVO		359.728	309.368	481.977	475.658

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	2.718	2.726	561	573
Fornecedores	10	16	13	3.584	2.857
Imposto de renda e contribuição social		262	240	1.652	1.306
Outras obrigações fiscais		-	1	699	911
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	20.869	20.874
Dividendos a pagar	6	23.035	19.368	23.035	19.368
Outras contas a pagar	14	102	102	39.661	20.374
		26.133	22.450	90.061	66.263
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	104.604	79.755	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		25	-	50	1.620
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	153.919	174.217
Outras contas a pagar	14	-	-	8.981	26.395
Provisões para litígios	12	407	372	407	372
		105.036	80.127	163.357	202.604
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13.1	173.622	173.622	173.622	173.622
Reserva legal	13.2	4.668	3.241	4.668	3.241
Reserva de retenção de lucros	13.2	50.269	29.928	50.269	29.928
		228.559	206.791	228.559	206.791
TOTAL DO PASSIVO		359.728	309.368	481.977	475.658

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	90.674	69.423
Custos Operacionais	16	-	-	(49.019)	(39.694)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	41.655	29.729
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas		-	-	-	(5)
Despesas gerais e administrativas	16	(323)	(311)	(3.253)	(2.808)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(34)	(28)	1.088	(450)
Resultado da equivalência patrimonial	8	26.301	12.385	-	-
		25.944	12.046	(2.165)	(3.263)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		25.944	12.046	39.490	26.466
Resultado Financeiro	17				
Receitas financeiras		3.910	1.694	8.660	5.419
Despesas financeiras		-	-	(12.839)	(14.525)
		3.910	1.694	(4.179)	(9.106)
LUCRO OPERACIONAL		29.854	13.740	35.311	17.360
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18				
Imposto de renda e contribuição social		(1.280)	(631)	(8.332)	(4.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(25)	-	1.570	(14)
		(1.305)	(631)	(6.762)	(4.251)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.549	13.109	28.549	13.109

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.549	13.109	28.549	13.109
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	28.549	13.109	28.549	13.109

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2020		173.622	2.585	20.588	-	196.795
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.109	13.109
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	656	-	(656)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(3.113)	(3.113)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	9.340	(9.340)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		173.622	3.241	29.928	-	206.791
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.549	28.549
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	1.427	-	(1.427)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(6.781)	(6.781)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	20.341	(20.341)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		173.622	4.668	50.269	-	228.559

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		28.549	13.109	28.549	13.109
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		-	-	10.605	14.526
Imposto de renda e contribuição social	18	1.280	631	8.332	4.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	25	-	(1.570)	14
Resultado da equivalência patrimonial	8	(26.301)	(12.385)	-	-
Depreciação	9	-	-	17.702	17.676
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	34	28	34	33
Resultado das baixas de imobilizado	9	-	-	-	12
		3.587	1.383	63.652	49.607
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	6.479	(1.779)
Dividendos recebidos		2.857	-	-	-
Outros créditos		1	(124)	99	24.509
Imposto de renda e contribuição social		(7)	145	319	161
Outros tributos a recuperar		-	-	54	5
Despesas antecipadas		(24)	(4)	159	(3)
Partes relacionadas		-	-	(68)	(135)
Depósitos judiciais		-	(1)	-	(1)
		2.827	16	7.042	22.757
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(53)	-	(53)
Partes relacionadas		24.841	11.680	(12)	249
Fornecedores		3	6	727	(21.656)
Outras obrigações fiscais		(1)	(1)	(212)	(401)
Outras contas a pagar		-	1	1.873	1.396
		24.843	11.633	2.376	(20.465)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		31.257	13.032	73.070	51.899
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.257)	(616)	(7.986)	(4.270)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	-	-	(12.894)	(14.630)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		30.000	12.416	52.190	32.999
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(24.791)	(5.581)	(25.378)	(6.151)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-	(59.500)	-
Aquisições de imobilizado	9	-	-	(68)	(194)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(24.791)	(5.581)	(84.946)	(6.345)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	(20.297)	(20.297)
Dividendos pagos		(3.114)	(7.541)	(3.114)	(7.541)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.114)	(7.541)	(23.411)	(27.838)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.095	(706)	(56.167)	(1.184)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	134	840	68.841	70.025
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	2.229	134	12.674	68.841
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.095	(706)	(56.167)	(1.184)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua Emiliano Pernet, 756 - 4º andar, Centro, Curitiba - PR, e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades.

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas (NE nº 1.1).

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, realizado em agosto de 2010.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, após casos registrados na China, que provoca a doença chamada Covid-19. Em 26.02.2020 o primeiro caso de infecção foi identificado no Brasil, no município de São Paulo e no dia 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas de atuação com a emergência na saúde pública. No estado do Paraná as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus, bem como ampliando a vacinação para a população em geral. Após um ciclo de agravamento da pandemia que perdurou até meados de junho de 2021, houve uma redução do isolamento social e o aumento da atividade econômica a partir deste período, principalmente em decorrência do avanço da vacinação que refletiu na diminuição dos casos graves da doença, mesmo com o aumento das infecções pela variante Ômicron no final de 2021 e início de 2022.

A partir de março de 2020, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos equipamentos de proteção individual.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

1.1 Concessões e Autorizações

Contratos de Autorização das Controladas		Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh)	Preço/ MWh (a)	Vencimento
GE Boa Vista S.A	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	14,0	5,2	40,80	270,67	28.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	20,0	8,8	69,30	262,79	20.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	30,0	12,8	111,50	262,79	01.06.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	30,0	11,3	104,10	262,79	19.05.2046

(a) Preço atualizado até dezembro de 2021.

EOL - Usina Eolielétrica

2 Base de Preparação

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13.04.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 - Base de consolidação;
- NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.3 e 9 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.4 e 9 - Redução ao valor recuperável de ativos;

- NEs nºs 3.5 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NEs nºs 3.6 e 15 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE;
- NEs nºs 3.8 e 18 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro de sua Controladora.

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço consolidado em 31.12.2021 decorre principalmente dos dividendos a pagar para a Controladora e, portanto, não prejudica a capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Controladora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a Companhia.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os

custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir de 1º.01.2021 estão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir do exercício de 2022 e de 2023, estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	31	13	6.816	4.929
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.198	121	5.858	63.912
	2.229	134	12.674	68.841

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 96,0% a 98,30% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Em 09.08.2021 a Companhia firmou contrato de mútuo com a Copel GET (NE 6.1).

5 Clientes e Outros créditos

5.1 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2021	31.12.2020
Contratos regulados	8.266	23	4	8.293	6.331
CCEE	680	-	-	680	9.121
(-) PECLD	-	-	(3)	(3)	(4)
	8.946	23	1	8.970	15.448

5.2 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Outros créditos	148	149	3.369	3.468

6 Partes Relacionadas

O quadro abaixo apresenta os saldos da Controladora com suas partes relacionadas.

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante		
Controladas		
GE Boa Vista S.A. - dividendos	393	50
GE Farol S.A. - dividendos	19.569	18.649
GE Olho D'Água S.A. - dividendos	8.081	6.998
GE São Bento do Norte S.A. - dividendos	3.834	2.790
Passivo circulante		
Controlador		
Copel Geração e Transmissão - dividendos	23.035	19.368
Controlador (a)		
Copel Geração e Transmissão	16	13
Companhia Paranaense de Energia	4	5
Controladas (b)		
GE Boa Vista S.A.	377	377
GE Farol S.A.	148	148
GE Olho D'Água S.A.	223	223
GE São Bento do Norte S.A.	1.923	1.923
Entidade sob controle comum (a)		
Copel Distribuição S.A.	21	23
Cutia Empreendimentos Eólicos S. A.	6	14
Passivo não circulante		
Controladas (b)		
GE Boa Vista S.A.	12.513	9.035
GE Farol S.A.	30.548	26.256
GE Olho D'Água S.A.	30.689	21.410
GE São Bento do Norte S.A.	30.854	23.054

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do BNDES da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 11).

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta os saldos de transações com partes relacionadas presentes no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício consolidados da Companhia:

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Controladores								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento de estrutura	200	-	33	42	-	-	-	-
Copel GeT								
Dividendos	-	-	23.035	19.368	-	-	-	-
Mútuo (a)	61.652	-	-	-	2.037	-	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(9)	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	325	280	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(61)	(58)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (b)	134	135	33	69	-	-	-	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(4)	(5)
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	170	182	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	857	(4.537)	(539)
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais (NE nº 16.1)	-	-	-	-	-	-	(179)	(114)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(4)	(2)

a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A. (mutuantes) e Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.08.2022.

b) Contrato de compartilhamento, conforme descrito na letra "a" acima.

c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

7 Títulos e Valores Mobiliários

As controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia 38 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	102.803	78.012	117.440	92.071
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI	-	-	299	290
Não circulante		102.803	78.012	117.739	92.361

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES (NE nº11) e os CDBs são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

8 Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2020	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2020	Equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital (a)	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2021
GE Boa Vista S.A.	25.021	838	(50)	25.809	1.658	(1.737)	(394)	25.336
GE Farol S.A.	45.389	2.300	(545)	47.144	6.173	(2.056)	(1.467)	49.794
GE Olho D'Água S.A.	66.479	4.344	(1.032)	69.791	8.905	10.659	(2.114)	87.241
GE São Bento do Norte S.A.	55.774	4.903	(1.165)	59.512	9.565	(6.866)	(2.272)	59.939
	192.663	12.385	(2.792)	202.256	26.301	-	(6.247)	222.310

(a) Em 29.06.2021 houve redução de capital nas controladas mediante transferência de ativos com o concomitante aumento de capital na GE Olho D'Água S.A.

9 Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Adições	Deprecia- ção (a)	Baixas	Capita- lizações	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2020	Adições	Deprecia- ção (a)	Saldo em 31.12.2021
Em serviço										
Máquinas e equipamentos	312.968	-	(17.660)	-	194	(3.200)	292.302	-	(17.685)	274.617
Edificações	414	-	(16)	-	-	-	398	-	(16)	382
Móveis e utensílios	11	-	-	-	-	-	11	-	(1)	10
	313.393	-	(17.676)	-	194	(3.200)	292.711	-	(17.702)	275.009
Em curso										
Custo	12	194	-	(12)	(194)	-	-	68	-	68
	12	194	-	(12)	(194)	-	-	68	-	68
	313.405	194	(17.676)	(12)	-	(3.200)	292.711	68	(17.702)	275.077

(a) Taxa média de depreciação de 4,94% (4,94% em 2020).

Em 31.12.2021, o custo do imobilizado em serviço totaliza R\$ 358.812, com depreciação acumulada de R\$ 83.804.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2021 e 2020.

10 Fornecedores

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Materiais e serviços	2.995	2.516
Encargos de uso da rede elétrica	384	341
Energia elétrica	205	-
Circulante	3.584	2.857

11 Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDES	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
							31.12.2021	31.12.2020
11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	33.570	37.470
11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	24.818	27.701
11211541	GE S.Bento do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	56.287	62.824
11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	60.113	67.096
							174.788	195.091
Circulante							20.869	20.874
Não circulante							153.919	174.217

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

Garantias: Penhor de ações (GE Farol, GE Boa Vista, GE S.B.Norte and GE Olho D'Água); cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2021	Consolidado
2023	20.297
2024	20.297
2025	20.297
2026	20.297
2027	20.297
Após 2027	52.434
	153.919

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Em 1º.01.2020	215.492
Encargos	14.526
Amortização - principal	(20.297)
Pagamento - encargos	(14.630)
Em 31.12.2020	195.091
Encargos	12.888
Amortização - principal	(20.297)
Pagamento - encargos	(12.894)
Em 31.12.2021	174.788

11.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		

Financiamento a empreendimentos - Finem

12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia e suas controladas respondem por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, atualizou as estimativas de perda em provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, no montante de R\$ 407 no exercício de 2021 (R\$ 373 em 2020) quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Não houve quitações durante o exercício.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2021, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 46.717 (R\$ 38.845 em 31.12.2020), são principalmente de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2021 monta a R\$ 173.622 (R\$ 173.622, em 31.12.2020), composto por 173.621.468 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., que por sua vez é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

13.3 Dividendos mínimos obrigatórios

Controladora	31.12.2021	31.12.2020
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido do exercício	28.549	13.109
Reserva legal (5%)	(1.427)	(656)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	27.122	12.453
	6.781	3.113
(2) Dividendos propostos	6.781	3.113

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício.

14 Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Provisão de não performance de geração de energia (19.2.4)	-	-	48.515	45.169
Outras contas a pagar	102	102	127	1.600
	102	102	48.642	46.769
Circulante	102	102	39.661	20.374
Não circulante	-	-	8.981	26.395

15 Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) e Bilaterais	101.094	78.123
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	6.761	750
(-) Provisão/reversão de provisão para não performance de geração	(3.339)	2.921
(-) PIS/Pasep e Cofins	(3.561)	(2.519)
(-) ICMS Substituição Tributária	(10.281)	(9.852)
	90.674	69.423

16 Custos e Despesas Operacionais

Controladora		Outras receitas		Despesas		Outras receitas	
	Despesas gerais e administrativas	(despesas) operacionais, líquidas	31.12.2021		Despesas gerais e administrativas	(despesas) operacionais, líquidas	31.12.2020
Pessoal e administradores (16.1)	(151)	-	(151)	(168)	-	(168)	
Planos previdenciário e assistencial	(8)	-	(8)	(9)	-	(9)	
Serviços de terceiros	(144)	-	(144)	(152)	-	(152)	
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(34)	(34)	-	(28)	(28)	
Outras despesas operacionais	(20)	-	(20)	18	-	18	
	(323)	(34)	(357)	(311)	(28)	(339)	

Consolidado		Despesas		Outras receitas		Custos		Despesas		Despesas		Outras receitas	
	Custos operacionais	gerais e administrativas	(despesas) operacionais, líquidas	31.12.2021		operacionais	com vendas	gerais e administrativas	(despesas) operacionais, líquidas	31.12.2020			
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(4.601)	-	-	(4.601)	(695)	-	-	-	-	(695)			
Encargos de uso da rede elétrica	(4.343)	-	-	(4.343)	(4.060)	-	-	-	-	(4.060)			
Pessoal e administradores (16.1)	-	(1.705)	-	(1.705)	-	-	(1.440)	-	-	(1.440)			
Planos previdenciário e assistencial	-	(103)	-	(103)	-	-	(89)	-	-	(89)			
Material	(80)	(284)	-	(364)	(424)	-	(656)	-	-	(1.080)			
Serviços de terceiros (16.2)	(17.833)	(176)	-	(18.009)	(12.373)	-	(272)	-	-	(12.645)			
Depreciação e amortização	(17.702)	-	-	(17.702)	(17.676)	-	-	-	-	(17.676)			
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	(34)	(34)	-	(5)	-	-	(28)	(33)			
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (16.3)	(4.460)	(985)	1.122	(4.323)	(4.466)	-	(351)	(422)	(5.239)				
	(49.019)	(3.253)	1.088	(51.184)	(39.694)	(5)	(2.808)	(450)	(42.957)				

16.1 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal				
Remunerações	90	95	1.145	997
Encargos sociais	30	33	381	329
	120	128	1.526	1.326
Administradores				
Honorários	26	27	147	88
Encargos sociais	5	13	32	26
	31	40	179	114
	151	168	1.705	1.440

16.2 Serviços de terceiros

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Manutenção do sistema elétrico	16.413	8.816
Manutenção de instalações	784	1.117
Consultoria e auditoria	102	195
Comunicação, processamento e transmissão de dados	48	332
Outros serviços	662	2.185
	18.009	12.645

16.3 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Seguros	3.161	3.602
Arrendamentos e aluguéis	1.871	851
Tributos	583	99
Outros custos e despesas (a)	(1.292)	687
	4.323	5.239

(a) No valor está contido R\$ 1.386 referente à reversão de valor não reclamado por terceiros.

16.3.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2021
Arrendamento de terrenos	943	5.771	23.026	29.740

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.910	1.672	5.750	3.532
Juros sobre mútuo (NE nº 6)	-	-	1.966	-
Juros sobre liquidações na CCEE	-	-	863	1.711
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	10	23	79
Outras receitas financeiras	-	12	58	97
	3.910	1.694	8.660	5.419
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	-	-	12.839	14.525
	-	-	12.839	14.525
Líquido	3.910	1.694	(4.179)	(9.106)

18 Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Financeira	3.910	3.910	1.694	1.694
(-) Receita Financeira Provisionada	(73)	(73)	(1)	(1)
Recuperação de Despesa Financeira	-	-	126	126
Base de cálculo Receita Financeira	3.837	3.837	1.819	1.819
Outras Receitas	-	-	108	108
(=) Base de cálculo	3.837	3.837	1.927	1.927
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	935	345	458	173
Receita Financeira Provisionada	73	73	1	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	7	-	-

Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	101.093	101.093	77.532	77.532
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	6.761	6.761	750	750
Receita de Contratos Bilaterais Empresas do Grupo	-	-	855	855
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	8.628	12.943	6.331	9.497
Receita Financeira	8.731	8.731	5.419	5.419
(-) Receita Financeira Provisionada	4.618	4.618	(40)	(40)
Recuperação de Despesa Financeira	-	-	150	150
Base de cálculo Receita Financeira	13.349	13.349	5.529	5.529
Outras Receitas	1.736	1.736	108	108
(=) Base de cálculo	23.713	28.028	11.968	15.134
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	5.809	2.523	2.874	1.363
Receita Financeira Provisionada	(4.618)	(4.618)	40	40
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.154)	(416)	10	4

19 Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	12.674	12.674	68.841	68.841
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	117.739	117.739	92.361	92.361
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		8.970	8.970	15.448	15.448
Mútuo (a)			61.652	61.652	-	-
Total dos ativos financeiros			201.035	201.035	176.650	176.650
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)			3.584	3.584	2.857	2.857
Empréstimos e financiamentos (c)	11		174.788	162.646	195.091	182.177
Total dos passivos financeiros			178.372	166.230	197.948	185.034

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última emissão de debêntures da Copel, DI + 1,38%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa (a)	12.674	68.841
Títulos e valores mobiliários (a)	117.739	92.361
Clientes (b)	8.970	15.448
Mútuo (c)	61.652	-
	201.035	176.650

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.
- c) Risco reduzido tendo em vista que se trata de mútuo com a Controladora, com quitação prevista para 2022.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

Consolidado	NE	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2021							
Empréstimos e financiamentos	11	2.922	5.143	25.701	119.698	82.410	235.874
Fornecedores	10	3.552	-	32	-	-	3.584
		6.474	5.143	25.733	119.698	82.410	239.458

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao

mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2021, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 12,25% e TJLP: 6,55%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2021	Cenários Projetados - dez/2022		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	117.739	14.423	10.820	7.218
Mútuo	Baixa Selic	61.652	7.552	5.664	3.776
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(174.788)	(11.441)	(14.302)	(17.161)

19.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo da provisão registrado no passivo referente a não performance poderá ser compensado com uma maior produção futura, medida dentro do ciclo contratual anual e/ou quadrienal.

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	174.788	195.091
(-) Caixa e equivalentes de caixa	12.674	68.841
(-) Títulos e valores mobiliários	117.739	92.361
Dívida líquida	44.375	33.889
Patrimônio líquido	228.559	206.791
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,19	0,16

20 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término da vigência	Importância segurada			
		GE Boa Vista S.A	GE Farol S.A	GE Olho D'Água	Bento S.A
Apólice					
Seguro D&O (a)	28.03.2023	139.513	139.513	139.513	139.513
Riscos Operacionais	27.06.2022	73.219	114.583	163.146	159.610
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2023	30.000	30.000	30.000	30.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2023	8.620	8.668	11.911	15.306
Garantia de Pagamento - CHESF	18.11.2022	73	106	161	161

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Assuntos relacionados à COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº 1 RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E A PROPOSTA DA
DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO
DE 2021**

Os membros do Conselho Fiscal da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 13 de abril de 2022

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR